

As estratégias de luta e de resistência dos Tupinikim e Guarani Mbya (Norte do Espírito Santo) contra a empresa Aracruz Celulose S/A, os governos militares (1964-1985) e os governos biônicos locais¹

Joana D`Arc Fernandes Ferraz - UFF/RJ
Caroline Soares de Andrade Caldas - UFBA/BA
Caio Mattos Santos - UFF/RJ
João Pedro Cavalcanti de Carvalho - UFF/RJ

Palavras-chave: ditadura militar, empresas e direitos humanos.

1. Introdução

Este artigo faz parte de um projeto coletivo do Grupo de Pesquisa Certificado no CNPq “Subjetividade, Memória e Violência do Estado” e tem como objetivo central estudar a memória da ditadura empresarial-militar brasileira. Uma das investigações que produzimos está diretamente relacionada ao tema deste trabalho. Trata-se do desenvolvimento de uma pesquisa que teve como motivação o Edital decorrente do Projeto "Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura", realizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/UNIFESP²), em parceria com o Ministério Público Federal. A pesquisa tem como objetivo aprofundar o acervo documental e testemunhal sobre a atividade empresarial da Aracruz Celulose S/A e suas implicações nas inúmeras violações de direitos dirigidas às comunidades indígenas Tupiniquim, Guarani Mbya/ES, às comunidades quilombolas do Sapê do Norte/ES, assim como os danos causados aos trabalhadores da referida empresa, a degradação ambiental da região e a cumplicidade da empresa com os aparelhos de repressão do Estado, durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

Para este artigo, o recorte da pesquisa privilegia as estratégias de luta e de resistência dos Tupinikim e Guarani Mbya (Norte do Espírito Santo) contra a empresa

¹ “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. ”

² Esta pesquisa visa levantar informações, testemunhos e análises sobre a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante a Ditadura (1964-1985). Seu escopo temporal, relacionado ao regime autoritário, se junta ao recorte espacial e prático dos crimes cometidos seja nas empresas, bem como no suporte e financiamento às ações repressivas coordenadas pelo Estado. (<https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>)

Aracruz Celulose S/A, os governos militares (1964-1985), os governos biônicos³ estaduais e governos municipais.

Em visita de campo em agosto de 2022⁴, observamos que as condições atuais de vida das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani Mbya são bem precárias. Seu território está contaminado pelo veneno jogado pela empresa nos eucaliptais e muitas aldeias não possuem água potável. Para sobreviver precisam utilizar carro-pipa, muitos rios, mangues e córregos desapareceram, ou estão contaminados. Da década de 1960 até hoje, muitas aldeias desapareceram.

Desde a proposta de implantação dessa empresa, essas comunidades resistem. Já foram realizados vários acordos com a Aracruz Celulose, via FUNAI e o Ministério Público Federal. Em todos, a empresa é sempre beneficiada. Atravessa o discurso desses acordos, desde o início, o que chamamos de “mito da boa-fé” da empresa. Este fato também foi denunciado pelos indígenas, a partir de nossa pesquisa de campo, em agosto de 2022.

Outra fala que se verbalizou com frequência foi a ação violenta do prefeito Primo Biti, à época. Na primeira parte deste artigo, descreveremos como o poder local, em conluio com o poder estadual e com a empresa, contribuíram largamente para as péssimas condições de vida dessas comunidades.

Ao analisar a vasta documentação da FUNAI, não há dúvida de que o território onde se localiza a empresa pertence aos indígenas. No entanto, por múltiplas e contraditórias interpretações produzidas pelo órgão, em 1981, privilegiou-se a ideia de que o direito de propriedade dessas comunidades estaria submetido a um acordo com a empresa Aracruz Celulose S/A. Esta contenda entre a empresa e os TI permanece até hoje e será objeto da segunda parte deste artigo.

Por fim, partimos do pressuposto de que apesar de todas as investidas da esfera pública e privada em retirar as comunidades indígenas da região, existe uma estratégia de permanência no território que ultrapassa o sentido delimitado de tempo e do espaço. Liga-

³ No período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), os muitos cargos eletivos foram suprimidos – tanto nos poderes Legislativos como Executivos – por escolhas definidas pelos militares. Estes cargos foram denominados de “biônicos”, numa alusão a uma série da TV estadunidense, divulgada pela Rede Globo: *O Homem de Seis Milhões de Dólares*. O protagonista desta série (Steve Austin), após um acidente, passa por diversas cirurgias e se transforma num ciborgue. A partir de então, vira um agente do governo. Jocosamente, as pessoas que exerciam cargos indicados pelos governos militares passaram a ser denominadas como “biônicos”.

⁴ Esta pesquisa de campo está registrada e aprovada na Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética de Ciências Humanas da UFF.

se à memória coletiva, à cultura, à cosmologia, associada à manutenção (Guarani) e ao reaprendizado (Tupinikim) da língua, o uso dos símbolos culturais e da religiosidade.

2. Dos Bitti à Aracruz Celulose: retalhos de uma história de conflitos em diferentes escalas

Em uma conjunção de interesses relacionados ao novo projeto de desenvolvimento imposto pela ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), articulado dentro do IPES⁵, desde o início da década de 1960, centrado na dependência ao capital internacional. Esses interesses contaram com a colaboração dos governos federal, estadual e municipal, em diversas regiões do país, com a finalidade de promover a entrada maciça de capital externo para a implantação dos grandes projetos industriais.

Bitti era o prefeito do município de Aracruz, durante o governo biônico de Christiano Dias Lopes (1967-1971), em 1967. Nesse período, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES - em 1969, se transforma em BANDES - Banco do Estado do Espírito Santo), alinhada aos interesses da elite agrária da região, encomendou um estudo à empresa de consultoria ECOTEC (dos sócios fundadores Jorge Kfoury e Antônio Dias Leite Jr) que, por sua vez, recomendou um projeto de desenvolvimento florestal no Estado do Espírito Santo.

Por meio de acordos e articulações entre o poder público e o capital privado, a empresa Aracruz Florestal S/A iniciou o plantio de eucalipto na região Norte do Estado do Espírito Santo, em 1967. Dos 40 mil hectares iniciais da empresa, 10 mil hectares destinados à Aracruz Florestal foram adquiridos pela Companhia de Ferro e Aço de Vitória - COFAVI, que por sua vez, já atravessava o território que abarcava as aldeias Tupinikins, concedido à COFAVI, pelo Governo Estadual nos anos 1940. Além destes dez mil hectares, como pontuam Barcellos (2009) e Villas (2011), a empresa também comprou mais três mil hectares diretamente do governo estadual e 27 mil hectares adquiridos de compradores diversos, com táticas notáveis:

uma parte das terras dos Tupiniquim foi adquirida através de prepostos, como o do ex-prefeito de Aracruz, Primo Bitti (já falecido) e outros, que “compravam” a posse dos índios, ou seja, a casa de estuque e palha e as benfeitorias (roças) por preços irrisórios, muitas vezes em troca de lotes na cidade de Aracruz. Para

⁵ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1962, por empresários e militares de alta patente com o intuito de servir como oposição política frente ao governo de João Goulart, sendo financiado por grandes empresas nacionais e multinacionais. Este instituto arrecadava fundos de empresas, empresários e civis para o financiamento de várias ações que visavam a deposição do presidente João Goulart.

convencê-los diziam, segundo os índios mais idosos, que a região seria ocupada por uma empresa poderosa para o plantio de eucalipto e que eles ficariam ilhados e suas terras se tornariam improdutivas. Após a negociação, mediam as terras, às vezes aldeias inteiras, registravam nos cartórios em seus nomes ou de terceiros e as vendiam de imediato à Aracruz Celulose (VILLAS, 2011, p. 19).

Em casos onde não havia cooperação por parte dos indígenas, os “guardas”, como o emblemático Major Orlando, integrante do escritório do crime (fato confirmado em nossas visitas no campo), entravam em ação:

A eles competia “convencer” os índios que resistiam. Ameaças e intimidações foram constantes, sempre conduzidas, ainda segundo os índios, por “um militar fardado e cheio de medalhas”. Aqueles que, mesmo assim, continuaram a resistir foram expulsos da terra e suas casas e aldeias destruídas pelos tratores da empresa (*Ibid*).

O projeto inicial da Aracruz Florestal S/A, direcionado para a produção da árvore de eucalipto, foi reestruturado e adaptado ao mercado externo na década de 1970, quando se torna uma “*joint venture* composta de capitais estatal, nacionais e internacionais” (DALCOMUNI, 1990, p. 202), transformando-se no Grupo Aracruz Celulose S/A (e a Aracruz Florestal torna-se uma de suas subsidiárias). A empresa obteve rápida expansão pelo território, que se estendeu de Aracruz a São Mateus, ocupando áreas que tradicionalmente pertencem aos indígenas e quilombolas. Essa mudança foi realizada durante o governo biônico de Élcio Álvares (1975-79).

Conforme assinala o então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE que, em 1981, passa a ser BNDES), Marcus Palmeira Viana, a empresa recebeu “**o maior financiamento já concedido pelo BNDE a uma única empresa privada**”. (LOUREIRO, 2006a, p. 14, grifo nosso). O BNDE continuou arcando com financiamentos até 2008. Em 1975, por exemplo, o BNDE arcou com 45% do financiamento da fábrica A, contemplando um aporte de US\$ 337.000.000, no total. (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 86)

Em 2009, a Aracruz Florestal S/A e Aracruz Celulose S/A foram incorporadas à Fibria (tendo como acionistas o Grupo Votorantim e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDESPar). Em 2018, a holding Suzano S/A incorporou a Fíbria. Esta holding é a maior produtora de celulose do mundo⁶. O BNDE

⁶ Com a nova fábrica, a Suzano, hoje já a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo, vai elevar sua capacidade de produção, de 10,9 milhões para 13,2 milhões de toneladas anuais. <https://www.infomoney.com.br/mercados/suzano-vai-investir-quase-r-15-bilhoes-em-nova-fabrica-de-celulose-no-ms-a-maior-do-segmento-no-mundo/> , consultado em 20/08/2022.

(BNDES, a partir de 1982) foi um acionista de suma importância, desde a sua fundação, de 1967 até 2018, quando a holding Suzano incorpora a Fíbria.

Em linhas gerais esta foi a cronologia da ampliação da empresa:

- 1967: Aracruz Florestal S/A
- 1973: Aracruz Celulose S/A - para a produção de celulose branqueada;
- 1978: PORTOCEL parceria entre a Aracruz Celulose (51%) e a Cia Vale do Rio Doce (49%) - para escoar a produção;
- 1978: inauguração da primeira fábrica, ou fábrica A;
- 1991: inauguração da Fábrica B;
- 2002: inauguração da Fábrica C, todas localizadas na Unidade Barra do Riacho;
- 2008: Fíbria S/A (fusão da Holding Aracruz com o Grupo Votorantim)
- 2018: Suzano S/A (incorporação da Fíbria ao Grupo Suzano S/A)

O principal idealizador desse projeto foi o empresário norueguês, Erling Lorentzen, importante colaborador da ditadura, vice-presidente do IPES-Guanabara, e antigo proprietário da Gasbras. Ao todo, foram dez sócios-fundadores, incluindo Antônio Dias Leite Junior, futuro Ministro de Minas e Energia (1969-1973).

A partir das falas trazidas na pesquisa de campo, em agosto de 2022, um dos nomes que mais apareceu como agente responsável pela destruição das matas, pelo esbulho das terras e pela repressão imposta aos indígenas, foi o de Primo Bitti, aliado incondicional da empresa Aracruz Celulose S/A (ARCEL).

2.1 A “família” Aracruz Celulose S.A.



Da esquerda para direita: Maridéia Rosa Bitti, Primo Bitti e Erling Lorentzen (Fundador da Aracruz Florestal S/A) Fonte: Museu da Pessoa (2021) .

De um lado, uma família tradicional com a titularidade de diversas propriedades da região e, de outro, um estrangeiro, investindo em diversas atividades econômicas no Brasil, ambos alinhados com a ditadura empresarial-militar. Isso levou a uma agenda comum das pessoas que aparecem na foto acima: Primo Bitti, Marideia Bitti⁷ e Erling Lorentzen. Na concretização dos projetos de desenvolvimento e de modernização local não havia espaço para a convivência com a mata nativa e nem para ouvir “o recado da mata”. Os brancos são o “povo da mercadoria”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2010, p. 37).

O poder dessa família carrega certo peso na memória das comunidades indígenas. O seu sobrenome remete a uma das mais influentes famílias da elite agrária capixaba. O patriarca, Eugênio Antônio Bitti, “[...] tornou-se proprietário de várias extensões de terras devolutas agindo como grileiro ou posseiro” (DIAS, 2010, p.3), e desde os anos 50, manteve fortes laços com o Partido Social Democrático - PSD.

O filho de Eugênio Antônio Bitti lançou-se na política municipal em Aracruz e teve seu primeiro mandato para Prefeito entre os anos de 1959-1963, período anterior à instauração da ditadura empresarial-militar. A trajetória deste ator político é emblemática. Isso porque seu repertório passa por cinco mandatos, o maior número de mandatos⁸ na prefeitura de Aracruz e uma relação bastante estreita com a instalação da empresa Aracruz Celulose na região.

Se, por um lado, a estrutura pública financiou a atividade da empresa, por outro, franqueou aos colaboradores e simpatizantes do estado ditatorial-militar o exercício de cargos nas empresas do grupo Aracruz Celulose S/A; esses compunham o rol de executivos das estatais, como por exemplo, Ernane Galvêas (presidente do Banco Central de 1968 a 1974 e de 1979 a 1980, vice-presidente da Aracruz Celulose em 1974, presidente em 1979 e membro de seu conselho consultivo em 2008) e Arthur Carlos Gerhardt (Presidente do CODES em 1967, Governador biônico do estado do Espírito Santo de 1971 a 1975 e presidente da empresa em 1975). Apesar da existência desses personagens, Bitti foi disparadamente o político mais mencionado durante a condução de nossas entrevistas.

⁷ Marideia Rosa Bitti é esposa de Primo Bitti.

⁸ A investigação contida aqui se concentra sobre a discussão que relaciona Bitti-ARCEL em dois mandatos (o 2o e o 3o) de 1963-1977 e 1967-1971, estendendo-se também sobre o mandato de Silvestre Zanchetta, entre 1971 e 1973, que acabou se expressando como uma continuidade do grupo de Bitti (DIAS, Camila S. Primo Bitti e Heraldo Musso: A alternância política no município de Aracruz de 1972 a 1996. Espírito Santo, 2010).

A imagem de Primo Bitti realça bem a figura do “coronel”, exposta por Vitor Nunes Leal (2012), em “Coronelismo, Enxada e Voto”. O poder local que ele possuía é atravessado pela força eleitoral que

[...] empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais (Ibid, p.24).

A força esmagadora das dinâmicas do capital internacional e nacional, no interior do aparato estatal da repressão imposta pela ditadura, se evidenciam nos relatos de Maridéia Bitti, em entrevista ao Museu da Pessoa (2021)⁹.

É maior orgulho, (...) **parece a nossa família também**, do menor funcionário do mais alto cargo, porque somos muito respeitados, então ele não perdeu tempo, (...) ele procurou ajuda com o grande governador, (...) o doutor Cristiano Dias Lopes ajudou muito o primo Bitti, foi um bom governador, ajudou muito o município, bom, só em existir a Aracruz celulose. Então primo Bitti que tinha a minha procuração, porque ele sempre mexeu com imobiliária né, compras e vendas, e ele, eu morando ali no coqueiral (...) os filhos pequenos, não era mais nosso o coqueiral, era da celulose. (...) Ele vendeu por uma quantia, pode-se dizer simbólica, por ainda por imposição do senhor Lorentzen que ainda é o nosso guardião, o nosso, como digamos assim, não sei o quê que eu posso usar, o termo que, o maior, grande figura, a pessoa respeitada, de dignidade e de amor pelo Brasil, embora sendo de outro país, mas ele assumiu o Brasil como a terra dele também, é uma pessoa muito querida, muito respeitada, então foi que também, com certeza o doutor Leopoldo Garcia Brandão, com o coronel Argeu, (...) duas famas ele carregou, (...) ela não é boa para nós, tem sido dolorosa a fama de donos da Aracruz... Então a outra era que ele era acionista da empresa (...) (Museu da Pessoa, 2021, grifo nosso).

Quando perguntada sobre a instalação da Aracruz Celulose no município de Aracruz, Marideia (2021)¹⁰ responde:

(...) Após a instalação, implantação da Aracruz, o meu trabalho social foi muito mais ampliado, todos os projetos tiveram de alguma forma participação da Aracruz.

Nós aracruzenses e Aracruz Celulose somos uma só família, unidos em benefício do município. (...) Agora você vê que uma coisa linda quando começou os viveiros, então esse coronel Argeu (...) foi também um homem guerreiro nas compras das terras com Primo Bitti (Ibid, grifo nosso).

O governador Cristiano Dias Lopes, Lorentzen, Leopoldo Garcia e Coronel Argeu, junto com Bitti, compunham o poder em Aracruz, respectivamente, governador, donos da empresa, agente da repressão e prefeito, compondo a grande “família” a qual Marideia se refere na entrevista.

⁹MUSEU DA PESSOA. Construindo uma cidade. Acesso em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/construindo-uma-cidade-164256>. Espírito Santo, 2021.

¹⁰Ibid.

A imagem de que a Aracruz trouxe o desenvolvimento, discurso difundido pelos políticos locais e meios de comunicação, também estão presentes na fala de Marideia (2021):

Sempre acompanhei de perto e de forma participativa os sonhos do primo Bitti **em colocar o município de Aracruz nas trilhas do desenvolvimento econômico e social**. Quando surgiram os primeiros contatos com a empresa, primo [sic]Bitti percebeu que o destino do município de Aracruz estava ligado à instalação da fábrica e não mediu esforços para que isso acontecesse (Ibid., grifo nosso).

A força que o capital impôs sobre o modo de vida das pessoas e a influência que a Aracruz tinha sobre todos passa pelas entrelinhas por duas tímidas queixas de Marideia: que seu marido vendeu as suas terras “por uma quantia simbólica, (...) por imposição do senhor Lorentzen que ainda é o nosso guardião” (Ibid) e a de que ele era acusado de ser dono e acionista da Aracruz.

3. A Saga dos Tupinikim e Guarani Mbya do Estado do Espírito Santo

3.1 O “perigo de ser indígena” em Aracruz durante a Ditadura

Os motivos pelos quais os Guarani Mbya se deslocaram para Caieiras Velhas, em 1968¹¹, e juntaram-se à luta com os Tupinikim pela reconquista do território no Espírito Santo são “a cosmologia, a organização social, a política de alianças entre os grupos, fatores econômico-ambientais e aspectos relacionados às representações sobre morte e doença, as pressões interétnicas e as políticas indigenistas”. (GARLET, 1997, apud TEAO, 2015, p.20). No imaginário Guarani, seus antepassados passaram por todas estas terras. Os Guarani se caracterizam pela sua mobilidade, vivendo em processo constante de desterritorialização e reterritorialização:

O território guarani foi constantemente reformulado em processos de desterritorialização, ocasionados pelos conflitos fundiários e as disputas com não índios. Dessa forma, os Mbya agem refazendo seus territórios por meio dos deslocamentos, em processos de reterritorialização. As diversas causas que promovem o *oguata porã*, deslocamento, são de ordem interna e de ordem externa. As causas de ordem interna consistem na busca de alianças para casamentos, na busca de parentes, de sementes, de rituais, em aspectos mítico-religiosos (sonhos, revelações, tava), em visões sobre saúde-morte e doença). (TEAO, 2015, p.23).

¹¹ Para maior entendimento das implicações e elaborações cosmológicas da migração dos Guarani Mbya, ver CICCARONE, 2001 e TEAO, 2015.

Ao chegarem em Caieiras Velhas, “(...) viviam do artesanato e da pequena agricultura. Entretanto, com o passar do tempo, a presença de posseiros na região intensificou os conflitos com os moradores locais, os problemas de alcoolismo e casamentos com regionais.” (Ibid, p.61). Como aponta Ciccarone (2001, p.304), o perigo cada vez mais presente nas atividades dos “novos moradores” de Aracruz era absolutamente ignorado pela FUNAI, que “(...) providenciava a vedação de qualquer vazamento de informações que poderiam desmascarar a mentira oficial de que ‘não havia índios’ no Espírito Santo”.

Em 1975, no auge das lutas dos indígenas contra os poderes instituídos do Estado (em suas múltiplas esferas) e contra a empresa, em entrevista para o jornal “A Tribuna de Vitória”, Marideia Rosa Bitti é bastante enfática ao manter esta máxima: “Não há índios em Caieiras Velhas... o que há são caboclos, trabalhadores rurais, pescadores e peões de estrada”. (Barcellos, 2009, p.252 *apud* A Tribuna, 1975) José Sezenando, Tupinkim da aldeia de Caieiras Velha, nos conta em entrevista¹² que foi esse foi o período em que a violência contra os indígenas tomou proporções extremas no município de Aracruz:

(...) a Aracruz chegou pra cá poderosa, ela mandava no Brasil, todas as autoridade obedecia ela, porque tudo que eles pedia, ela tava ali para ajudar, pra ceder. E ela pedir pro governo um batalhão pra vir pra cá, eles arrumava na hora. E era época, também da ditadura militar onde matar um índio era a mesma coisa que matar um cachorro, pra eles o índio num podia existir. E nós existimos ainda porque nossos antepassados [...] usaram muito a sabedoria deles. Eles deixaram de chamar índio pra chamar caboclo. Se chamasse índio eles matava, torturava, como nosso povo foi torturado pelo massacre. Eles acharam que o tupinikim tinha acabado. Eu vendo isso tudo por volta mais ou menos em 75, que já tava tudo destruído, já tava a maior parte já tinha plantado eucalipto, eles começaram a atacar as aldeia, pra tirar o pessoal das aldeia pra mandar embora, pra deixar o território tudo pra eles.

Como aponta Viveiros de Castro (2006, p.4), a política indigenista brasileira, no período destes acontecimentos, buscava “gerenciar (e, por que não?, acelerar) um movimento visto como inexorável (e, por que não?, desejável): o célebre ‘processo histórico’”. Através da tentativa de “emancipar” os indígenas e, assim, negar suas “indianidades”, a FUNAI e o aparato militar acabaram por fortalecer a luta indígena justamente por reconhecer sua existência:

A atabalhoada tentativa da ditadura de legiferar sobre a ontologia da indianidade “desinvisibilizou” os índios, que eram virtualmente inexistentes como atores políticos nas décadas de 1960 e 1970. Eles só apareciam, de vez em quando, em alguma reportagem colorida sobre o Xingu, geralmente como ilustração do admirável trabalho dos irmãos Villas Bôas (digo admirável sem nenhuma ironia; não deixava de ser bizarro, porém, o fato de que havia nessa época uma série de

¹² Realizada em 05/08/2022.

jornalistas especializados em embasbacar-se diante dos Villas Bôas e outros sertanistas). A grita suscitada com o projeto de emancipação resgatou a questão indígena do folclore de massa a que havia sido reduzida. Ela fez com que os próprios índios se dessem conta de que, se eles não tomassem cuidado, iam deixar de ser índios mesmo, e rapidinho. Graças a isso, então e enfim, os índios se tornaram muito mais visíveis como atores e agentes políticos no cenário nacional. Os primeiros líderes indígenas de expressão supralocal surgiram nesse contexto, como Mário Juruna e Aílton Krenak (Ibid.).

É neste contexto que Sezenando surge como uma forte liderança Tupinikim. Cacique, aos 17 anos, cita a tensão de ter que lutar por sua identidade e as ameaças dirigidas à sua vida:

Ah, cê num vai não, cê vai morrer, eles vão te matar” eu falei ó “Se eu morrer, vou morrer lutando por uma coisa que é da gente”. [...], fui, fui ameaçado [...], olha, eu andava [...] e gente me procurando pra me matar, até de noite eles iam na minha casa pra me matar, entendeu? Eu tinha 17 e fiquei como cacique, em 1979.¹³

No rol dessas violências contra os indígenas, destacam-se mortes, desaparecimentos, torturas, sequestros, prisões, morte social de algumas aldeias, esbulho possessório, confinamento espacial, deslocamento compulsório e desterritorialização e grilagem de terras. Marilza, Guarani da Aldeia Boa Esperança, nos conta que eles foram levados para o Presídio Guarani, em 1972, e que concebeu seu filho (hoje o cacique Pedro) nessa prisão. Esse deslocamento serviu para aumentar o medo de se declararem indígenas e abriu espaço para grilagem sistemática de terras por parte da ARCEL.

3.2 A Fazenda Guarani

A Fazenda Guarani, conhecida também como Presídio Guarani ou Reformatório, é citada pela Comissão Nacional da Verdade (2014, vol. II, p. 245), que “reconhece, no Reformatório Krenak e na Fazenda Guarani (que o sucedeu), a sua abrangência nacional quanto à função de prisão de índios rebeldes, encarcerando indígenas de 23 etnias.”

A Comissão Estadual da Verdade de São Paulo (2015, Tomo I, Parte II, p. 91) denuncia a existência da Fazenda Guarani, de propriedade da Polícia Militar de Minas Gerais, localizada em Carmésia. “Era uma antiga fazenda de café e também campo de treinamento anti-guerrilha da PM mineira, como denunciava o Porantim na época (out. 1981, p. 13)”.

Os indígenas Tupinikim e Guarani ficaram nesse centro de detenção por seis anos (1972 a 1978). Não vendo condições de sobrevivência, retornam por conta própria para o Espírito Santo e endossam a luta dos que ficaram, também submetidos a todo o tipo de

¹³ Entrevista concedida em 05/08/2022

violência. Segundo Kalna Mareto Teao, nesse centro de detenção foram aprisionados indígenas

de diversas etnias, como Guarani mbya, Tupinikim, Krenak, Karajá, dentre outros, foram agrupados no mesmo espaço, sem levar em conta suas características histórico-culturais e eram considerados um problema no período militar. Dessa história podemos constatar que os índios eram considerados um entrave ao projeto de desenvolvimento econômico do Espírito Santo e do período da ditadura, pois seus modos de vida contrastavam com o modelo que queria se estabelecer no Brasil, de um Estado atrelado ao capital internacional, produtor e exportador de matéria prima, marcado por um período de forte censura e repressão, que inclusive cerceava as culturas indígenas de se expressarem e controlavam fortemente os movimentos de deslocamentos dos povos indígenas. Além disso, a história do povo Guarani Mbya é entrelaçada aos demais povos, como os Tupinikim e os Krenak. Desses entrelaçamentos de encontros, se estabelecem relações de amizade, apoio mútuo, alianças políticas pelas conquistas territoriais e de direitos coletivos¹⁴.

3.3 O mito da “boa-fé” da Aracruz Celulose

A crescente perda de seus territórios e o confinamento espacial a que foram submetidos, ampliou o grau de mobilização dessas comunidades indígenas. Com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que trouxe alguns advogados e outros interlocutores, começaram a pressionar a FUNAI. Em 1975, esse órgão produz um estudo socioeconômico do território, por meio de um convênio entre o órgão, a UFES e o Governo do Estado do Espírito Santo. O “Relatório de Estudo Sócio-Econômico da Comunidade indígena Tupinikim de Caieiras Velhas e Adjacências (nº 3649)” foi assinado pela antropóloga Isa Rogedo, a estagiária Hildegart Maria Castro Rick e o professor de Ciências Sociais da UFES, Celso Perota.

Como consta neste Relatório, a luta dos indígenas pelo território tem início na década de 1940, quando o governo estadual cedeu parte do seu território à Cia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Embora essa fábrica não tivesse prosseguido em suas atividades, parte do território foi desmatado e seus efeitos foram sentidos pelos indígenas, mas ainda havia ali condições de sobrevivência.

Neste mesmo relatório, há a confirmação por parte do superintendente da empresa Aracruz Florestal, Dr, Ney Magno sobre a aquisição dos 10 mil hectares, em 1967, adquiridos pela venda da COFAVI para a Aracruz Florestal. Ele também informou que os indígenas trabalhavam para a empresa, que prevalecia o trabalho das mulheres e que “atualmente, tem um número mínimo de índios na CIA”, devido a “não adaptação do índio ao trabalho da CIA”, pelo fato dos indígenas não estarem “preparados para

¹⁴ TEAO, Kalna Mareto. A transferência dos Guarani Mbya para Carmésia. Acesso <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/309/>, consultado em 20/08/2022.

cumprirem um horário de trabalho e nem desempenharem qualquer função que a CIA ofereça” (FUNAI, 1975, p. 1).

O relatório ainda conta com o testemunho do médico do posto de saúde de Aracruz à época, Dr. Sixto Nelson Quinonez Diaz, que compara a situação dos indígenas que trabalhavam na CIA a um regime de semi-servidão: “o tratamento da época da escravidão e o que os índios recebem hoje, tem pouca diferença”. Várias vezes ele prestou assistência aos que adoeciam no trabalho em consequência do tratamento desumano que vinham recebendo (Ibid, p.6). O Relatório conclui que os indígenas receberam o território por meio de doação de D. Pedro II, em 1860, e que este foi registrado. A situação degradante que eles vivem também é descrita neste relatório:

Hoje, estes remanescentes indígenas vivem em pequenos aglomerados divididos entre: Caieiras Velhas, Potiri, Barra do Sahy, Pau-Brasil, Vila do Riacho e Comboios. Em todos estes aglomerados a situação é quase a mesma, ou seja, faltam terras para cultivo, matas devastadas, vivem de uma pesca rudimentar, não dando para subsistência. (...) Os produtos alimentares existentes não atendem as necessidades do grupo; os índios alegam que a falta da terra para plantações é a responsável pela atual situação de subnutrição e miséria em que se encontram. Segundo a explicação deles, as suas terras foram vendidas para a CIA Aracruz Florestal. Em muitos casos foi um ato voluntário, em outros, foram coagidos, pois aos poucos se viram sozinhos e cercados de todos os lados por eucaliptos. Na realidade eles foram ludibriados, tanto esta afirmação é verdadeira que o dinheiro que receberam, deu margem apenas, para que se refugiassem em terrenos que em nada os beneficia (Ibid, p.5).

Diante das revelações obtidas, a FUNAI, em 5 de abril de 1976, concluiu que o relatório era insuficiente em relação à delimitação territorial das terras indígenas, que o convênio não foi cumprido e questionou a autenticidade dos indígenas, afirmando que estes já estariam incorporados à sociedade nacional. Face a discordância do relatório, o órgão solicitou novo estudo, o Relatório (nº 0992/1978) contendo dados mais específicos sobre a situação agrária da região, saúde e educação. Este Relatório contou com o convênio entre FUNAI, UFES e a Secretaria do Trabalho e Promoção Social - SETRAPS, assinado pela antropóloga Hildegart Maria Castro Rick.

Esse novo Relatório (nº 0992/1978) informa que os Tupiniquim' têm usado a área de Caieiras Velhas até Comboios desde os tempos iniciais mencionados em suas histórias orais, bem como, em relatos de vários escritores que em viagem ao Espírito Santo registraram a sua presença na região. E confirma o que já havia exposto no relatório de três anos atrás e que a situação desses indígenas estava bem pior do que antes (1975), por conta das expansões territoriais da empresa Aracruz Celulose:

Constatamos que a situação daqueles índios, de agosto/75, data que realizamos os primeiros estudos na área, aos dias de hoje [1978], exacerbou a proporção que a CIA foi ampliando e consolidando seus projetos de posse e uso da terra. Construíram na

áreas um Porto e a Fábrica de Celulose em Barra do Riacho, e, a menos de 1 km de Caieiras Velhas, um bairro residencial, Clube, e, o Centro Comercial, este último em fase de acabamento.

Enquanto, os remanescentes Tupiniquim vivem em pequenos aglomerados divididos em: Caieiras Velhas, (39 famílias); Potiri (4); Barra do Sahy (8); Barra do Riacho (19); Pau Brasil (111); Comboios (23). A situação é quase a mesma em todos os aglomerados, ou seja faltam terras para cultivo, exceto em Comboios. Os índios alegam que a CIA é a responsável pela atual situação de miséria em que se encontram, vivendo em restritas parcelas de seus antigos territórios, impedidos de pescar, caçar e fazer as suas roças. (FUNAI; SETRAPs; UFES, 1978, pp.3-4)

Os documentos de registro de propriedade indígena e os mapas de identificação foram anexados ao referido relatório (nº 0992/1978). Novamente, a FUNAI coloca em dúvida a “indianidade” dessas comunidades indígenas. Para isso, contratou Sonia de Almeida Marcato (1980), etno-historiadora e pesquisadora da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1980. Nesse relatório, Marcato assinala que essa ação de registro das terras em cartório, feita por D. Pedro II, tem uma relação direta com a aplicação da chamada Lei de Terras [1850] efetivada em 1854, pois o registro da doação era imprescindível. Caso tal não ocorresse as terras seriam tornadas devolutas e incorporadas ao patrimônio fundiário do Estado brasileiro” (FUNAI, MARCATO, 1980, p. 352). A autora também denuncia neste Relatório que o Relatório de 1975 já sinalizava a necessidade de retirar o índios Guarani da Fazenda Guarani e que estes “viviam em más condições na Fazenda Guarani, município de Carmésia, Minas Gerais” e que estava havendo uma “manipulação do conceito de remanescente indígena” pelo fato deles serem “aculturados”:

Passa-se a manipular o conceito de remanescente indígena, negando-se a existência daquelas criaturas pelo simples fato de serem aculturadas. Não eram mais índios e sim caboclos e posseiros como os demais moradores da região, se bem que até 1975 fossem identificados como indígenas, portadores de características capazes de diferenciá-los dos "outros". De repente nega-se a evidência, distorce-se a realidade, desde que isto traga benefícios para a sociedade envolvente.

Segundo a Lei nº 6001, Estatuto do Índio, de 19 de dezembro de 1973, as terras pertencentes aqueles remanescentes podem enquadrar nos seguintes casos:

a - terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas;

b - terras de domínio das comunidades indígenas ou silvícolas (Art - 17, cap.I, tit.III).

Assim sendo,

"As terras indígenas não poderão ser objeto de - arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas" (Art 18, cap. 1, tit. III).

Se são terras ocupadas por comunidade indígena, tradicionalmente, cabe à mesma sua posse permanente bem como o usufruto de suas riquezas. Reconhece-se ao índio o direito de posse permanente da terra, assegurado pela FUNAI, “atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação” (Art 25, cap. II, tit. III) (MARCATO, 1980, p. 12).

Marcato também confirma as informações que constam no Relatório (nº 0992/1978), de que a área total dessa Sesmaria, foi doada *ad-perpetuum* aos Tupiniquim,

Waitaká e Temiminó, em 6 de novembro de 1610, localizada em Nova Almeida e adjacências, feita pelo governador e capitão-mor Francisco de Aguiar Coutinho¹⁵. Em 1860, D. Pedro II, em passagem pela Vila Nova d'Almeida, corroborou a doação anterior e registrou no cartório local. Esses documentos de registro de propriedade indígena e os mapas de identificação foram anexados ao referido relatório (nº 0992/1978). O mapa abaixo indica a área total doada aos indígenas nessa região:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ÁREAS

<input type="checkbox"/>	ÁREA TOTAL DOADA AOS INDIOS	627.264,00 ha
<input checked="" type="checkbox"/>	ÁREA EM TERRAS DOADA AOS INDIOS	350.000,00 ha
<input checked="" type="checkbox"/>	ÁREA REINVIDICADA PELOS INDIOS	4.200,00 ha
<input type="checkbox"/>	ÁREA OCUPADA PELA VALE DO RIO DOCE.....	32,00 ha

PRCC. N.º ~~3649/75~~
 FLS. ~~272~~
 RUBRICA ~~AV~~

PRCC. N.º 3649/75
 FLS. 272

Anexo Processo FUNAI/BSB/3649/1975 (4054687) - SEI 08198-010667/2022-86 / pg. 305

Fonte: FUNAI, Proc. Nº 3649/75, p. 277

A chamada “indianidade dos Tupinikim” também foi comprovada no referido Relatório assinado por Marcato, ressaltando que é preciso considerar que:

- a- se esses remanescentes são aculturados, "civilizados", tenham perdido seu patrimônio linguístico e cultural, bem como haverem-se mestiçado ao longo de quase cinco séculos, nem por isso deixam de auto identificar-se como indígenas;
- b- se viveram e vivem em estado de abandono, sofrendo todo tipo de compulsões, estigmatizados como preguiçosos, indolentes, bêbados contumazes pelos civilizados, nada mais são do que um produto, dessa mesma sociedade envolvente, causadora - voluntariamente ou não - desses mesmos males que os afligem;
- c- se eles se reconhecem como segmento diferenciado da sociedade nacional e por ela foram reconhecidos como remanescentes indígenas até 1975, não é agora que vão deixar de sê-lo, por simples jogo de interesses econômicos no área (MARCATO, 1980, p.13).

Por mais que tal fato tenha sido levantado pelo relatório encomendado pela FUNAI, seu resultado não foi levado em consideração para a demarcação. Como nos conta Sezenando:

No final de 1970, eu falei: a FUNAI não vai fazer demarcação. Reunimos. Aí desistimos e fomos fazer a demarcação sozinhos.(1979) Pedimos ajuda da FUNAI e eles não ajudaram. Os índios esvaziaram os pneus do carro da FUNAI, desligaram o rádio da FUNAI tb. Entramos na demarcação. Vinha caminhão do Exército de Vitória pra cá. Planejaram tudo, mas a gente já esperava que eles

¹⁵ O documento de doação da sesmaria foi registrado no Livro de Registro de Leis e Tombo da vila de Nova Almeida, tendo sido copiado e trasladado pelo secretário da câmara municipal daquela vila a 31 de julho de 1873, devidamente selado. (Sonia de Almeida Marcato, Relatório “DA INDIANIDADE DOS TUPINIKIN: Índios do litoral do Espírito Santo”, 1980, p. 352)

iam vir. Carros da PM, tudo armado, ameaçando a gente. A gente botava gente pra avisar a gente. Colocamos as crianças, tudo na frente. Velhos também. eu falei pra eles [PM]: - vocês têm coragem de tirar a gente daqui? Quem é o cacique? [polícia perguntou] Sou eu. Vocês estão invadindo a terra da Aracruz. Nós não. A gente tá aqui há muito tempo.

Em 1981, Ismael Marinho Falcão, Chefe do Setor de Regularização Dominial do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI/DF), elaborou um Parecer sobre a questão informando que: os indígenas da região já estavam aculturados citando, inclusive, que dançavam o congo, uma "manifestação cultural nitidamente de origem africana", afirma que as certidões de aquisição das terras da Aracruz Celulose teve uma "péssima redação do tabelionato aracruzeno e, assim, CONFUSA, IMPRECISA E DUVIDOSA LEVADA DE ROLDÃO NUMA SÓ CAMBULHADA ao registro no livro de transcrição das transmissões", e que

a partir de 1872 são poucas as notícias, na história do Estado do Espírito Santo, a respeito desses índios, é provável que em 1850, atendendo às exigências da Lei n 9.601, esses silvícolas **nada tenham feito para revalidação de sua sesmaria**, arcando, desse modo com o ônus que aos beneficiários dessas doações impunha o art. 39 desse diploma legal, **caindo as terras ao rol das devolutas**. (...) Verifica-se, assim, que a propalada Sesmaria dos índios tem, hoje, tão somente, valor histórico, posto não resistir a um exame jurídico mais profundo já que não chegou incólume à proteção do direito constitucional republicano (art. 72, § 17, CF de 1891), inexistindo, desse modo, domínio indígena sobre a pretendida área. (Aviso de 21.10.1850). As terras da antiga sesmaria de Reis Magos, com a extinção dos grupos indígenas e o comisso em que se viram caídas, passaram a integrar, como devolutas, a massa dos bens do Estado por força do art. 64 da Constituição de 1891 (FUNAI, 1981, pp. 18-19).

Ismael prossegue, em conclusão (com lógica acompanhada *ipsis litteris* por Afonso Augusto de Moraes, Procurador Jurídico da FUNAI, à época):

Não há, assim, prova cabal da Licitude da Aquisição; como se prova, também, hajam tais posses se convertido legitimamente em domínio. Pelo contrário, Flagrante é o vício de tal transcrição, por falta de origem legítima (Ibid, p.26).

Desse modo, ignora-se que nos três relatórios se confirma o domínio do território dos indígenas, que eles estão na região desde os registros de 1610, que em 1860, D. Pedro II, passou pelo território e encontrou indígenas que falavam a língua tupi, inclusive registrou algumas de suas palavras. No documento elaborado por Ismael Marinho Falcão, também foi ignorada a síntese de todos os relatórios anteriores, elaborada pelo Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC/FUNAI), assinado por Rubens de Oliveira, assistente do diretor do órgão, que informa: "parece que não houve assistência jurídica aos índios nestas negociações, pois, à época os órgãos incumbidos de sua tutela, não só desconheciam a existência deste grupo indígena, como não foram procurados pelos representantes da Companhia Aracruz Florestal" (item 2.7, p. 70 -

referindo-se ao Relatório de Isa Maria Pacheco Rogedo, Antropóloga da DEP/DGPC); e que, “por falta de orientação ou por ingenuidade, os índios não regularizaram as suas posses, fazendo plantações nas cercanias da localidade de Caieiras Velhas e deixando extensas faixas de florestas para suas caçadas”; (FUNAI, Proc. Nº 3649/75, p. 70).

A despeito de todas essas informações, a responsabilidade de regularizar o território recaiu para os indígenas, nos pareceres do DGPI e do Procurador Jurídico da FUNAI, à época. Confirmou-se também a ilegitimidade do território da empresa, por conta da redação elaborada pelo cartório, segundo o argumento do diretor do DGPI, Ismael, endossado por Afonso Augusto de Moraes, Procurador Jurídico da FUNAI. Concluiu-se, também, nos dois documentos, a premissa de “boa fé” da empresa, que é reproduzida até hoje.

A partir dessa disputa interna na FUNAI, prevaleceu a versão elaborada pelo DGPI e pela Procuradoria Jurídica do órgão, que concluiu pela dupla responsabilização: reconhecimento da ausência de demarcação por parte dos indígenas e da redação errada do documento de posse de terras, elaborada pelo cartório, que beneficiava a empresa. Nessa disputa, a solução encontrada pela FUNAI foi negociar com a empresa as terras a serem destinadas aos indígenas da região pela razão adicional de que seria oneroso demais a ideia de uma indenização para a Aracruz Celulose, considerando que esta última esteve de “boa fé” da empresa.

Ao analisar a vasta documentação da FUNAI, ao longo dos anos 1970 e 1980, observa-se que ao órgão produz duas conclusões completamente contraditórias para a questão: 1) Os pareceres do diretor da DGPI e endossado pela Procuradoria Jurídica do órgão; 2) O relatório de Isa Rogedo (funcionária do DGPC) e da estagiária do mesmo órgão Hildegart Maria de Castro Rick.

Mais uma vez, a questão fundiária nos territórios étnicos passa a ser regida pelos interesses econômicos, voltados para o capital e a propriedade privada, negligenciando o valor da terra enquanto cultura, cosmologia e bem coletivo. Para os Guarani Mbya, a Mata Atlântica era o “*Tekoa Pora*, o lugar onde poderiam ser reunidas as condições ideais do bom modo de viver coletivo e do aperfeiçoamento individual” (CICCARONE, 2001, p. 14).

Desse modo, em 1980, os tupinikim e os guarani conquistaram o direito ao território, reduzido a 4.490 hectares. A área pleiteada à Aracruz Celulose S/A, por meio da Portaria nº 609/79, era de 6.500 ha para a demarcação. Em 1983, foram homologados 4.490 ha, ou seja, houve uma perda de 2.010 ha de terras. Em seguida,

os indígenas exigiram da Funai um reestudo das suas terras, reestudo no qual eles efetivamente tivessem participação. Entre idas e vindas e sob pressão a Funai instalou, através da Portaria nº 0783/94, de 30 de agosto de 1994, um Grupo Técnico (GT) com o objetivo de revisão das terras anteriormente identificadas. Esse GT concluiu os seus trabalhos com a produção de dois relatórios finais, “[...] com as propostas de unificação das Terras Indígenas [...]” e a “[...] ampliação da Terra Indígena Comboios”. Os Relatórios são compostos por sete volumes, incluindo os anexos (SCHUBERT, 2021, p. 159).

A partir da década de 1990, o Ministério Público Federal passou a intervir nas relações entre a empresa e as comunidades indígenas da região mediando a questão, porém, promovendo a manutenção da interpretação de 1981 sobre a “boa-fé” da Aracruz Celulose S/A em território indígena. Em março de 1998, a segunda autodemarcação do território foi interrompida pela Polícia Federal e foi o estopim para a realização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em Brasília (SCHUBERT, 2021). No balanço feito por Sezenando, o TAC de 1998 representou mais um fracasso, o compromisso da Aracruz nada cobria a avaliação realizada pela demarcação de território de 18 mil hectares, reconhecida pela FUNAI.

Em 2002 todos os envolvidos assinaram novo acordo, o 2º aditivo ao TAC de 1998, estipulando novos recursos financeiros acrescidos aos originalmente combinados, além de 35 bolsas de estudos anuais para nível superior. Além disso, a empresa se comprometeu com a elaboração de plano de empregabilidade direcionado à região, a um projeto de reflorestamento com mudas nativas e fornecimento de equipamento agrícola. Esse período coincide com dois momentos importantes do ponto de vista da agenda política regional e federal sobre as atividades da empresa. Foi realizada audiência pública em 2002 na câmara dos deputados em Brasília sobre o impacto da monocultura de eucalipto no estado do Espírito Santo com posterior criação de Grupo de Trabalho e, em esfera estadual, na Assembléia Legislativa, a instauração de CPI no mesmo ano.

Para as comunidades, ambos os acordos (1998 e 2002), traziam compromissos que as tornavam sem autonomia e dependentes da empresa para os repasses de valores, das áreas, dos projetos, e dos compromissos todos firmados. Essa situação acabou mobilizando novamente a estrutura pública para mediar as relações entre a comunidade indígena que permaneceu amortecendo os impactos das atividades corporativas da Aracruz Celulose.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2005, a Assembleia Geral dos Povos Tupinikim e Guarani, na aldeia Comboios, delibera a terceira autodemarcação do território (Ibid, p.28) na intenção de retomar este território representou um levante crucial para a declaração de posse permanente dos 18.027 hectares de terra, realizada em 27 de Agosto

de 2007, pelo então ministro da Justiça Tarso Genro.

4. Conclusão: um balanço de lutas e resistências

O movimento de resistência e de luta das comunidades indígenas para sua permanência na região da Aracruz não se limita à parte concreta e geográfica de conquista territorial. Ela inclui também toda uma circunstância de disputas, pressões, ações diretas de retomada de territórios em face das instituições que promoveram, de algum modo, a dita legalidade da permanência da empresa em território indígena.

Outro modo de resistência é a memória coletiva. As suas narrativas e denúncias do passado de opressão não são contadas como fracasso ou perda, mas como atos de vida, de força para que as novas gerações possam se espelhar e continuar a lutar. Nessas memórias, tempo e espaço são absolutamente fluidos e múltiplos. O passado serve para fortalecer o presente.

A ampliação do conceito de território e de tempo, trazidos pelos relatos orais, extrapola os marcos físicos e as suas utilidades para o capital, como assinalam:

Apesar das investidas contra o seu território, reafirma-se, cada vez mais, o poder do vínculo territorial Tupiniquim que desvela o espaço, investido de valores materiais, simbólicos, espirituais, éticos e afetivos (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p. 73): “Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitando-lo (sic), impregnando-nos dele [...] Dessa forma, conclui-se que a territorialidade indígena Tupiniquim atesta-se pela memória coletiva da sua relação com território, dando-lhe profundidade e consistência espaço-temporal” (BARCELLOS, 208, p. 149).

É nessa trilha que os Tupinikim caminham atualmente. Em muitos relatos, ouvimos deles que estão reaprendendo a falar a sua língua porque seus avôs e avós, que sabiam, se recusaram a lhes ensinar com medo da repressão dos brancos. Seus ancestrais, como disseram nas entrevistas, foram muito violentados quando falavam o tupi. Tal tensão é descrita por Sezenando:

Nós perdemos a língua porque quando [...] eu se entendia ainda, os tupinikim falava a língua, os mais velho, Dona Gabriela, Pai Velho, [...] tudo falava a língua tupinikim. Só que eles não ensinava a gente, eles tinham medo da gente ser represado lá na frente, “Não, [...] num vamo ensinar vocês não, senão vocês vão ser massacrado, ser discriminado”.¹⁶

Olindo nos contou sobre a relação entre o congo e o pembo e seus antepassados.

A nossa luta nunca acaba. Um dia a gente pode acabar, mas a nossa luta continua. Antes do meu pai morrer ele passou o bastão do tambor pra mim ser o mestre Congo. Ai, hoje eu falei com meu pai. Eu não quero ser o mestre Congo. Mas, você vai se, a vai tomar conta da conga. Tocar o tambor, bater um pembo

¹⁶ Entrevista concedida em 05/08/2022

é um modo se comunicar a Deus e um modo de nós trazer nossos irmãos índios, negros pra poder chegar e nós e ter conversa com eles. Se nós não faz essas coisa, como vamos se comunicar com os irmãos?¹⁷ (OLINDO, 04/08/2022).

A terra, mais que um território delimitado, dividido e contabilizado, é o lugar da memória e da força da ancestralidade. É o lugar de conexão e da comunicação com os irmãos que se foram. Há mais de meio século Tupinikim e Guarani Mbya do Espírito Santo resistem ao Estado, ao capital e à Aracruz S/A, hoje Grupo Suzano. A maior produtora de celulose do mundo.

Os relatos dos antepassados, a energia que eles trazem para as lutas cotidianas, assim como a língua, a música, as retomadas dos territórios, as lembranças dos pais, das matas, das tragédias, dos bichos são espectros, evocações de forças que coletadas nas memórias coletivas resistem e resistirão ao capital, à ganância, ao terror e aos horrores dos brancos.

Bibliografia

- ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como Abrigo e Território como Recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- BARCELLOS, Gilsa H. **Desterritorialização e r-existência tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose**. Tese de Doutorado - Curso de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.
- BRASIL. **Centro de Defesa dos Direitos Humanos**. Petrópolis, 2010.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.
- CICCARONE, Celeste. **Drama e Sensibilidade: Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani**. Tese de Doutorado - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- _____. **Fazenda Guarani: narrativas indígenas sobre remoção, reclusão e fugas no período da ditadura militar no Brasil**. Espírito Santo, 2018.
- DIAS, Camila S. **Primo Bitti e Heraldo Musso: A alternância política no município de Aracruz de 1972 a 1996**. Espírito Santo, 2010.
- FRANCHETTO, Bruna. **Língua(s): cosmopolíticas, micropolíticas, macropolíticas**. Rev. Campos, vol.2, nº1, 2020.
- LOUREIRO, Klítia. **A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya**. Vitória, 2006.
- MINISTERIO DO INTERIOR. FUNAI. Proc. N. 649/75, Fls160 a 162.1o **Relatório sobre invasão e parecer em Caieira Velha**. – Vitória, 18 mai. 1978.
- _____. FUNAI Proc. N. 364/75, Fls62 a 80. **Tupiniquim. Situação dos remanescentes de Aracruz - ES**. - Brasília, 24 jun.1977./09 ago.1978.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. FUNAI. **Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 565/79, objetivando a eleição da área para a reserva indígena**

¹⁷ Entrevista concedida em 04/08/2022

Tupiniquins, no estado do Espírito Santo. Proc. N. 3649/75, Fls 246 a 254. - Brasília, 24 jul.1979.

_____. FUNAI. **Memorial descritivo área indígena Caieiras Velha, Município de Aracruz-ES.** Proc. N. 3649/75, Fls 264 a 277. - Brasília, 28 ago. 1979.

_____. FUNAI. Proc. N. 3649/75, Fls 289 a 318. **Da indianidade dos Tupinkin (Índios do litoral do Espírito Santo)** - Por Sonia de Almeida Marcato- Prof^a Etnohistória da UFJF. — Brasília, 13 nov. 1979.

MUSEU DA PESSOA. **Construindo uma cidade.** 2021. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/construindo-uma-cidade-164256>
Acesso em: 15/08/2022

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE E REDE BRASIL SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS. Tupiniquim e Guarani: Símbolos da resistência. In: VILLAS, Fábio M. **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES.** Vitória, 2013.

RUSCHI, Augusto. O eucalipto e a ecologia. In: RUSCHI, Augusto. **Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão.** Republicado no n° comemorativo do 30° aniversário do Boletim. Espírito Santo: Magma Editora Cultural, 1979.

SÃO PAULO. **Comissão Estadual da Verdade de São Paulo.** São Paulo, Tomo I, parte II, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/>. Acesso em 20 ago 2022.

SCHUBERT, Arlete. **Lutas territoriais indígenas: Memórias, culturas e educações do povo tupinikim.** Tese de Doutorado - Curso de Educação, Universidade Federal de Espírito Santo, Espírito Santo, 2021.

TEAO, Kalna M. **A transferência dos Guarani Mbya para Carmésia.** Espírito Santo, 2018.

_____. **Território e Identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967-2006).** Tese de Doutorado - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo V. de. O recado da mata. In: ALBERT, Bruce; YANOMAMI, Davi K. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Cia das Letras, 2010

_____. (2006). **No Brasil, Todo Mundo é Índio, Exceto Quem Não É.** In. Ricardo, B; Ricardo, F. (Ed.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo, Brasil: ISA. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf Acesso em: 18/08/2022